

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 98.476 - CE (2018/0122099-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : ATILA WASHINGTON MEDEIROS DE ABREU
ADVOGADOS : FRANCISCO VALDEMÍZIO ACIOLY GUEDES - CE012068
MIGUEL ALEXANDRINO DA SILVA NETO E OUTRO(S) - CE021748
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. INDÍCIOS DE AUTORIA E DA MATERIALIDADE DELITIVA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. RECURSO DESPROVIDO.

1. O trancamento da ação penal pela via do recurso em *habeas corpus* é medida de exceção, que só é admissível quando emerge dos autos, de forma inequívoca, sem a necessidade de exame valorativo do conjunto fático ou probatório, que há imputação de fato penalmente atípico, a inexistência de qualquer elemento indiciário demonstrativo de autoria e materialidade do delito ou, ainda, a extinção da punibilidade.

2. Hipótese em que o Recorrente foi denunciado como incurso no art. 2.º, *caput*, e §§ 2.º e 4.º, inciso IV, da Lei n.º 12.850/2013, pois, em tese, é integrante de organização criminosa, responsável por repassar informações policiais a grupo criminoso.

3. Na hipótese dos autos, a peça vestibular descreve, com todos os elementos indispensáveis, a existência de crime, em tese, bem como a respectiva autoria, com indícios suficientes para a deflagração da persecução penal, decorrendo de seus próprios termos a justa causa para a ação penal.

4. Recurso ordinário desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora